



Pinguelli apoia a redução das tarifas, mas discute como o governo deve fazer isso

ENTREVISTA LUIZ PINGUELLI ROSA

# Governo deve voltar atrás e rediscutir as tarifas de energia

EX-PRESIDENTE DA ELEKTROBRAS DIZ QUE QUEDA NOS CUSTOS PARA A INDÚSTRIA É 'FICÇÃO' E QUE CONSUMIDOR NÃO SENTIRÁ OS 16% PROMETIDOS

DO RIO

Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ e ex-presidente da Eletrobras, apoia a briga de Dilma Rousseff para reduzir as tarifas de energia elétrica, mas defende que o governo antes apure a receita mínima que as empresas do setor precisam para se manter competitivas.

Isso deve ocorrer sob risco de o país voltar a conviver com sucessivos apagões, como já vem ocorrendo em pequena proporção. Para ele, a queda de 20% para a indústria é ficção e o consumidor não vai sentir os 16% prometidos por Dilma, já que a conta de luz em 2013 vai subir pelo grande uso de usinas térmicas neste ano. (DENISE LUNA)

**Folha - Como está vendo a polêmica da redução de tarifas?**  
**Luiz Pinguelli Rosa** - O princípio de reduzir tarifas é correto, porque nossa tarifa é caríssima. O problema veio com a privatização. Os contratos, principalmente para a distribuição de energia, foram muito favoráveis às empresas. A ideia era atrair capital estrangeiro.

Mas isso é só um pedaço da história. O outro pedaço são os encargos, que muitos deles deveriam ir para o Tesou-

ro e vão para o consumidor, como o Luz para Todos, o Sistema Isolado. E, finalmente, os impostos estaduais, esses são os piores, os Estados escorçam as empresas elétricas.

**Onde o governo errou?**

Faltou debate, os prazos são apertados e o cálculo das tarifas [para redução] foi feito como se cada usina tivesse uma tarifa individual, mas há uma questão sistêmica. Essa energia viaja numa distância enorme. Furnas tem linhas enormes de transmissão.

**E qual seria a solução?**

O governo deveria voltar atrás, rediscutir as tarifas e talvez atacar por outro lado. Tem que discutir qual a remuneração mínima para ter

uma sobrevivência econômica adequada das empresas.

Eu não estou preocupado com a lucratividade do investimento, mas com a viabilidade da empresa. Se a lucratividade for negativa, a empresa é inviável. E vai se perder competência técnica, por-

“ [Márcio Zimmermann [da pasta de Minas e Energia] declarou que o último apagão foi um erro técnico. É falta de engenharia e vai piorar, e muito

que com essa tarifa nova Furnas vai ter que demitir engenheiros, vai perder memória técnica e piorar a performance delas, que já não está boa.

**Mas a Eletrobras, principal geradora, concordou em aderir.**

As federais todas vão aderir. Mas você pega, por exemplo, Furnas. A energia gerada tem preço médio vendido de R\$ 80 o MWh (megawatt-hora).

Metade das usinas de Furnas está amortizada ou quase amortizada, ou seja, ela vai passar a ter um valor médio de R\$ 5 o MWh para essas usinas e continuar vendendo metade por R\$ 80. Então Furnas vai ter um preço médio de R\$ 40 o MWh. A receita vai cair brutalmente.

**O que pode acontecer?**

Já estão acontecendo problemas. O que vai acontecer é que não vai ter como operar o sistema todo, como fazer a manutenção da linha, dos transformadores. [Márcio Zimmermann [secretário-executivo de Minas e Energia] declarou que o último apagão foi um erro técnico. É falta de engenharia e vai piorar, e muito.

**Em contrapartida os preços das tarifas vão cair, ou não?**

Na indústria esse número de 20% é fictício, não existe uma tarifa para energia da indústria, ninguém sabe como isso vai ser aplicado. Trinta por cento de energia da indústria é de consumidores livres, que compram dos geradores, produtores, em contratos confidenciais.

Nas residências esses 16% prometidos também não vão existir. Com o despacho das termelétricas neste ano, a conta vai subir bem em 2013.

E, como a maioria das usinas não vai aderir ao plano, o governo terá que licitar e as tarifas continuarão altas, porque quem comprar terá que amortizar o investimento.

**F NA INTERNET**  
**Leia a íntegra da entrevista**  
[folha.com/no1188451](http://folha.com/no1188451)

## Empresas de energia solar disputam mercado de R\$ 2,5 bi no Amazonas

Tecnologia pode ser usada por 5.000 comunidades do Estado

VENCESLAU BORLINA FILHO  
 ENVIADO ESPECIAL A IRANDUBA (AM)

Cinco mil comunidades isoladas ainda não têm energia elétrica contínua no Estado do Amazonas. De olho nesse mercado, empresas de energia solar têm desenvolvido soluções para levar luz a esses locais — um negócio estimado em R\$ 2,5 bilhões.

Para o governo federal, a energia solar é a mais viável na região entre as outras alternativas — eólica, biomassa e hidrelétrica. Esta última é alvo de polêmicas relacionadas à destruição da floresta para passagem de linhas de transmissão e fornecimento.

“Das tecnologias testadas, a solar tem o melhor resultado. Mas as concessionárias podem fazer a opção que melhor se adaptar a cada localidade”, disse o diretor nacional do programa Luz para Todos, Aurélio Pavão de Farias.

Até 2014, o Luz para Todos tem a meta de levar energia elétrica a 30,5 mil pontos de consumo em comunidades isoladas dos Estados do Amazonas, do Pará e do Acre, com 100% de subvenção do governo. O restante deverá ser por conta das concessionárias.

Leilões estão sendo planejados. No Pará, será para 1.450 pontos de consumo. No Amazonas, o certame atenderá 1.300 pontos.

Segundo a Abinec (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), o país tem 20 MW de potência instalada de energia solar.

Somente para abastecer as 5.000 comunidades isoladas do Amazonas, seria necessário dobrar essa capacidade. Na comunidade de Tumbira, a duas horas de barco de Manaus, 20 famílias passaram a ter energia elétrica por 24 horas todos os dias graças a um sistema solar. Antes,

chegava apenas por quatro horas diárias, vinda de um gerador movido a diesel.

O projeto, piloto, foi desenvolvido ao custo de R\$ 1 milhão pela multinacional Schneider Electric em parceria com a FAS (Fundação Amazonas Sustentável) e o governo amazonense e já incorporado ao portfólio da empresa para venda.

O objetivo, segundo a presidente da Schneider no Brasil, Tânia Cosentino, é comercializar a tecnologia no sistema Plug&Play (ligar e usar) para as concessionárias de energia responsáveis por atender as comunidades isoladas existentes no país.

“É um projeto replicável e mais viável econômico e ambientalmente por não ter custo elevado, não destruir a floresta e não emitir poluentes”, afirma ela.

O repórter VENCESLAU BORLINA FILHO viajou a convite da Schneider Electric

### TUMBIRA ÀS CLARAS

Comunidade do Amazonas agora tem luz por 24 horas graças a sistema de geração por energia solar

#### ONDE FICA

Tumbira (AM), é uma comunidade isolada do município de Iranduba e fica a 69 km de Manaus ou a duas horas de barco numa velocidade média de 70 km/h



#### COMO FUNCIONA

1 Módulos fotovoltaicos captam a energia solar e a transformam em energia elétrica

2 Parte da energia é armazenada em baterias e outra é encaminhada para distribuição



Vinte casas são abastecidas pela energia elétrica local, além do comércio, igreja, escola e posto de saúde

O gasto com o consumo pode variar de R\$ 7,50 a R\$ 90 por mês, dependendo da demanda do usuário

Fonte: Schneider Electric

### OPINIÃO

## MP da energia quebra contratos e joga a conta para os Estados

JOSÉ ANIBAL  
 ESPECIAL PARA A FOLHA

Na **Folha** de quarta-feira passada, o então ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, defendeu a MP 579, que dispõe sobre a renovação das concessões do setor elétrico.

Zimmermann ressaltou que a MP não quebra contratos nem descapitaliza as empresas. Disse que os investimentos não amortizados serão devidamente indenizados e que a tarifa definida visa remunerar apenas os serviços de operação e manutenção.

Na prática, a MP 579 tem consequências bem mais complexas e discutíveis. De antemão, ela acentua as distorções do nosso federalismo fiscal, uma vez que tira dos Estados R\$ 5,5 bilhões em receitas do ICMS sem prever fundos compensatórios nem contrapartidas equivalentes do governo federal na redução das tarifas.

O ônus da MP recairá sobre os serviços públicos sob responsabilidade dos governos estaduais, cuja folga fiscal tende a zero. Já os dois encargos dos quais o governo abriu mão eram indevidamente cobrados, posto que já não tinham finalidade real.

Além do mais, a calibragem das tarifas e o valor da indenização de ativos são questionáveis e passíveis de judicialização. Empresas controladas pelo governo federal, como a Eletrobras, cujo prejuízo com perdas de receita e ativos não amortizados chega a R\$ 29 bilhões, poderão receber aportes do Tesouro.

As empresas ligadas aos governos estaduais lamentavelmente não gozam da mesma prerrogativa. Elas terão de cobrir com receitas líquidas os prejuízos com a não amortização dos ativos.

Como consequência, a MP 579 gera insegurança jurídica em vários níveis. As empresas têm de aceitar as condições impostas sem que o marco legal da MP esteja consolidado. Antes de ser apreciada pelo Congresso, a MP já recebeu 390 emendas.

Outra brecha para a judicialização vem do mercado, que afirma que a interferência do governo federal nos resultados das companhias de capital misto configura, sim, quebra de contrato.

Desde o anúncio da MP, as ações das 31 empresas do setor listadas na BM&FBOvespa perderam mais de R\$ 30 bilhões em valor de mercado.

Dizer que a descapitalização das empresas não terá reflexos no investimento e na qualidade dos serviços é irresponsabilidade. Os recentes apagões ilustram no que dá subestimar a operação e a manutenção.

Com as empresas operando com geração de caixa negativo por causa das novas tarifas, os apagões podem se tornar mais frequentes.

Em suma, o governo federal tem se utilizado de seu poder regulatório para impor ao setor e aos Estados regras draconianas e nada republicanas, afastando investidores e descapitalizando empresas de um setor cuja saúde financeira é vital para o desenvolvimento. Como finalmente confessou o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, “não é possível reduzir as tarifas de energia se alguém não perder”.

Ninguém é contra reduzir as tarifas de energia. Mas a fórmula encontrada é malfeita, injusta, truculenta e, provavelmente, sem base legal.

JOSÉ ANIBAL é deputado federal licenciado (PSDB), secretário de energia de São Paulo e presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Energia (FNSE).